

Leituras de São João del-Rei/MG: experiências espaço- temporais da modernidade

Denis Pereira Tavares¹

RESUMO

Pretendemos neste trabalho atentar para as formas de consciência do espaço, isto é, para as “leituras”, reflexões e interpretações que os atores sociais passados fizeram da cidade de São João del-Rei/MG, ao longo da primeira metade do século XX, numa conjuntura de transformações aceleradas na sua estrutura urbana. Procuramos, nessa perspectiva, construir uma interpretação das representações espaciais no intuito de apreender tanto as formas como a cidade é representada, percebida, pensada e projetada, quanto as práticas, condutas, atuações e as experiências temporais dos grupos sociais nesse espaço.

Palavras-Chave: São João del-Rei, modernidade, espaço, tempo

Abstract: We intend on this project to be attentive to the types of space conscience, in other words, to the “readings”, reflections and interpretations made by the past social actors about São João del-Rei/MG, in a conjuncture of accelerated transformations on your urban structure. We seek, on that perspective, to set up an interpretation of the spatial representations in order to both seize the ways in which the city is represented, noticed, thought and projected, and the practices, behaviors, performances and the time experiences of the social groups inside that space.

Keywords: São João del-Rei, modernity, space, time.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Projeto “Cidade e Cultura: rebatimentos no espaço público contemporâneo”, financiado pelo Programa Pró-cultura Capes/Minc.

SÃO JOÃO DEL-REI, INDUSTRIAL, MODERNA E PROGRESSISTA

A conformação do espaço urbano na cidade é resultado histórico do trabalho de agenciamento humano sobre a superfície terrestre e expressa sempre a sedimentação das práticas sociais de apropriação, uso, exploração e gestão do território (MORAES, 2005). O espaço urbano visto enquanto processo social e historicamente construído manifesta a materialização de projetos e interesses específicos, os valores de grupos que procuram imprimir a sua marca, modificando, inclusive, os próprios limites e fronteiras desse espaço. “O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia (LEFEBVRE, 2008, p. 82).”

São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, afirmou-se ao longo do século XIX como um importante pólo de influência política e econômica de Minas Gerais (Graça Filho, 2002). Tal dinamismo foi fomentado pela sua posição de centro administrativo, comercial atacadista e financeiro. Dada a proximidade com o Rio de Janeiro, São João del-Rei desempenhou um importante papel como entreposto comercial, especializado na apropriação do excedente de gêneros alimentícios produzidos na região circunvizinha, como toucinho e couro, panos e outras mercadorias que eram escoadas para a capital federal.

Enquanto praça mercantil centralizadora, formou-se na cidade uma poderosa elite polivalente de negociantes que acumularam capitais através do financiamento aos produtores rurais. No final do século XIX, em uma conjuntura de diversificação da economia, tais negociantes converteram parte de suas riquezas acumuladas na industrialização da cidade. São exemplos: a criação da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881 – ligando São João del-Rei à ferrovia D. Pedro II, que leva ao Rio de Janeiro –, a fundação, em 1891, da Companhia Industrial Sanjoanense, no setor têxtil, e a formação, também em 1891, da Cia. Agrícola Industrial Oeste de Minas.

Em relação à inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, a primeira companhia ferroviária de Minas Gerais, Santos (2009) comenta sobre o êxtase dos cidadãos com os motores arrebatando o espaço. A máquina, símbolo de um novo tempo em São João del-Rei, atraía os olhares dos cidadãos e prometia possibilidades inéditas, prometia abolição do tempo e do espaço pela mediação crescente da velocidade: “São João del-Rei, cidade sonora, cidade feliz! Quem ama o presente tem o presente vivo no tumultuar das ruas, no Klaxon das buzinas e das locomotivas (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 07/04/1938).”

Além da indústria, tais negociantes aplicaram também parte de seus capitais na construção de imóveis luxuosos de padrões estéticos franceses, como os de estilo eclético, influenciados pelo espírito da *Belle Époque*.

Era fato que desde a virada do século XIX para o século XX, São João del-Rei já vinha reduzindo seu raio de influência, sobretudo com em virtude da ascensão de outros centros mineiros como Belo Horizonte e Juiz de Fora. Contudo, como salienta Gaio Sobrinho (1997), a cidade viveu um significativo processo de industrialização que se prolongou até a década de 1960, baseado em “setores tradicionais” como as atividades de fiação, produção de têxteis, bebidas, calçados de couro, laticínios, sabão, etc. O autor comenta, inclusive, de um “otimismo comercial” e industrial presente durante a década de 1930, quando a cidade se afirma como pólo de produção de têxteis. Além da Companhia Industrial Sanjoanense (1891), somou-se à cidade a Fábrica Brasil Fiação e Tecelagem (1911), com sede inclusive no Rio de Janeiro; a Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A (instalada por volta da década de 1930); a Tecelagem Dom Bosco Ltda (1937) e a Fiação e Tecelagem São João (1947).

As indústrias são apontadas como motivo de orgulho, como manifestação de prosperidade de São João del-Rei, servindo também como sinal de distinção e projeção da cidade entre as mais desenvolvidas do Estado.

Destacamos, nesse contexto de “otimismo” comercial e industrial, o esforço dos jornais locais – sobretudo A Tribuna (1914-1938), O Correio (1926-1963) e o Diário do Comércio (1938-1964) – que mantiveram uma constante e expressiva periodicidade de publicação no sentido de estimular uma nova imagem e compreensão de São João del-Rei em virtude das adaptações da cidade aos preceitos modernos.²

O surto de progresso que São João del-Rei apresenta nos últimos tempos e eloquentemente demonstrado pela construção de prédios de valor, obedecendo aos dispositivos estéticos modernos e pela remodelação das antigas habitações, de modo a apresentarem uma face mais de acordo com a

² Tais jornais estiveram vinculados à Associação Comercial de São João del-Rei, espaço de discussão política e filosófica, de articulação e defesa de interesses, principalmente os de comerciantes e industriais da cidade, ressaltando que esta associação também reunia setores médios da população são-joanense, intelectuais e políticos em sua composição. De qualquer forma, este espaço remete a uma perspectiva de grupo, a uma estratificação social específica na cidade e seus membros mantinham afinidades quanto ao objetivo de dotar São João del-Rei de suportes e ajustes espaciais em conformidade com os preceitos modernos e se sentiam também responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Isso significa que a produção de um território é também acompanhada de formas de percepção e simbolização que dão aos indivíduos e grupos que nele habitam a consciência de sua participação, da sua marca, da efetivação de seus projetos, em suma, da sua própria identidade territorial projetada e refletida em referentes espaciais.

evolução progressista, que vai fazendo sentir por toda a parte; surto de progresso revelado também pelo estabelecimento de novas indústrias e pela adoção de calçamento moderno em nossas vias públicas (A TRIBUNA, 23/10/1932).

Os jornais desempenharam o papel político de construção e difusão de uma representação de São João del-Rei enquanto cidade industrial, moderna e progressista, destacando os “ajustes espaciais” na fisionomia da cidade através dos chamados “planos de melhoramento e embelezamento urbanos”, procurando sempre se desfazer daquela representação de “cidade do passado” parada e estagnada no tempo. Buscaram demarcar um lugar para São João del-Rei no rol das cidades modernas que se ajustaram ao espírito do “novo tempo”. Isso implicava também, de certo modo, em descolar-se da imagem de cidade vinculada exclusivamente ao passado colonial, haja vista que as cidades coloniais foram identificadas nas primeiras décadas do século XX como um retrato do Brasil rural, arcaico e atrasado. Por isso, há sempre nos enunciados dos jornais o cuidado de distinguir São João del-Rei das demais cidades coloniais mineiras, demarcando assim uma fronteira simbólica entre “nós” e “eles” e fortalecendo a idéia da transposição da imagem de cidade colonial e pitoresca para a de cidade moderna e industrial.

A sua evolução é exclusivamente própria. Felizmente não se estiola como tantas outras com o chegar da velhice, ao contrário, quanto mais se lhe sobem os janeiros tanto mais se reveste das galas da juventude, aformoseando-se e alentando-se mais rápidos surtos (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 06/03/1939).

Os corpos editoriais dos jornais se esforçaram no intuito de tornar São João del-Rei mais conhecida, seja por meio do diálogo com correspondentes da “imprensa de fora”, seja a partir das impressões de “visitantes ilustres” realçando o cunho “progressista” e “moderno” que tanto a singulariza. Aliás, os testemunhos de visitantes confirmando as especificidades do progresso material da cidade foram largamente reproduzidos nos espaços e primeiras páginas dos jornais: São João del-Rei, “que já era relativamente adiantada, surge, neste momento, grande e bela ante os meus olhos pasmos de encanto, na contemplação sublime do seu evidente desenvolvimento (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 26/04/1938).” Destarte, predomina nas propagandas impressões de uma cidade que percorre de maneira acelerada os caminhos do progresso e da modernização:

Cidade ideal. Onde tudo se desenvolve. Onde tudo cresce. (...) A indústria avança, assustadoramente, representada nas dezenas de fábricas espalhadas pela cidade e seus subúrbios. O comércio honesto e sólido, dá a “urbs” o aspecto movimentado e alegre que aos visitantes encanta (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 20/01/1939).

De acordo com os periódicos, São João del-Rei se aproxima das cidades coloniais exclusivamente sob o ponto de vista da tradição, entendida como passado-presente que baliza e ilumina os projetos de futuro. A tradição constitui, nesse momento, parâmetro de conduta. É por meio dela que os grupos sociais se orientam e estabelecem os nexos e as distinções entre o passado, o presente e o futuro. Ainda assim, a “tradição” veiculada nos discursos e enunciados da cidade serve também como recurso de distinção, ou seja, é acionada para demarcar uma fronteira simbólica que separa São João del-Rei das demais cidades coloniais.

O FUTURO-PRESENTE EM SÃO JOÃO DEL-REI

Espaço e tempo são duas categorias de percepção complexas e indissociáveis que possibilitam ao historiador a apreensão da conjuntura histórica. Neste momento do trabalho, nos esforçamos em captar a forma com que os cidadãos definem um regime de temporalidade em decorrência de suas próprias percepções, imaginações e experiências espaço-temporais. Partimos da idéia de que as experiências da modernidade em andamento influem diretamente na forma de se conceber o tempo e o espaço, e é a partir de tais experiências que os grupos procuram organizar o passado (HARTOG, 2003).

Após leitura dos discursos veiculados nos jornais locais observamos que há nas representações temporais um privilégio dado ao paradigma chamado “futuro-presente”, isto é, a um trato temporal orientado pela fé num “futuro radioso” e, concomitantemente, certa hipertrofia das possibilidades do fenômeno moderno.

Segundo Koselleck (2006), a modernidade indica uma mudança acelerada na experiência histórica, haja vista que enseja um trato temporal próprio, inteiramente novo, marcado pelo alargamento do fosso entre passado (“campo de experiência”) e o futuro (“horizonte de expectativa”). A emergência desse “novo tempo” sinaliza, então, uma abertura do futuro e uma aceleração das próprias experiências sociais.

A celebração do “novo” como reforço da idéia de que a humanidade avança em sequências rumo a um tempo qualitativamente melhor e diferente do anterior esteve muito

presente na forma como os grupos locais conceberam a cidade. O ano de 1938, por exemplo, ano de comemoração do centenário de elevação de São João del-Rei à cidade, parece ser um marco simbólico ilustrativo da consolidação de um “novo tempo radioso” na cidade. Nessa conjuntura de reflexão sobre a trajetória da cidade, proliferou-se uma variedade de discursos que cotejaram o “antes” e o “depois”, exaltando o salto qualitativo impresso na paisagem urbana de São João del-Rei. O cronista Altivo Sette define mais precisamente esse crivo temporal orientado pela crença num futuro que avança velozmente sobre o passado: “o passado está morto, definitivamente passado. (...) O que precisamos agora é muito apetite para podermos seguir para frente, serenos e firmes (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 29/03/1938).” No tempo da aceleração, há um constante tensionamento entre passado e futuro e, concomitantemente, uma reivindicação qualitativa do “novo tempo”: a de ser não somente diferente, mas melhor do que o tempo anterior (KOSELLECK, 2006). Além disso, o passado é convocado para o futuro e a partir do futuro. Nas palavras de Sevcenko (1992, p. 227), o passado é “revisitado e revisto para autorizar a originalidade absoluta do futuro.”

A forma como conceitos e verbetes são articulados em determinada época serve de indícios para o historiador entender a racionalidade dos atores políticos, seus valores e projetos. Nessa chave-analítica, pensamos a recorrência de conceitos de movimento como coeficientes temporais que tratam das experiências e expectativas próprias da modernidade. Conceitos como, por exemplo, “progresso”, “desenvolvimento”, “evolução”, “novo” etc. sinalizam modos de agir, de pensar e de se situar no tempo, indicam concepções de mundo e formas de intervir na própria realidade deste mundo. Estas categorias constituem, portanto, sustentáculos de um *telos*, de um desejo de se alcançar um ideal, que é o de civilização (KOSELLECK, 2006).

“Na marcha acelerada da civilização os que param são atropelados pela onda humana que avança, sempre para frente. Caminhemos com ela ou seremos arrasados (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 08/03/1938).” A ideologia do progresso, mencionada acima, indica uma concepção linear e absoluta do tempo social; uma forma de interpretação da história que “considera que os homens avançam mais ou menos depressa (...) numa direção definida e desejável (implica, pois, como finalidade, a felicidade) e supõe a indefinida continuação desse progresso” (LEGOFF, 2003, p. 265). O progresso aparece, portanto, como o próprio motor da história, ou seja, a medida de força que dita o ritmo do tempo.

São João del-Rei é então retratada entre os cronistas pelos epítetos de “nova”, “tenra”, “bela”, “encantadora”, “cultura”, “formosa”, “elegante” etc, ou seja, a partir de feições

antropomórficas de uma mulher que permanece sempre jovem. Nas narrativas, São João del-Rei adquire os títulos de “Princesa do Oeste”, “Formosa Odalisca”, “Cidade Ideal” e “Cidade Ultra-Civilizada” que se distingue das demais cidades coloniais justamente pelos seus atributos de “moça” que “não parou no tempo”. Destarte, a dimensão imaginária da cidade é reiteradamente explorada na imprensa.

Como lembra Baczkó (1985), os imaginários sociais são sistemas de orientação simbólica, ou seja, um conjunto de representações, crenças, desejos e sentimentos pelos quais uma coletividade vê a realidade ao seu redor e a si mesma. Os imaginários constituem-se em balizas que guiam os comportamentos e canalizam as expectativas coletivas. Através dos imaginários sociais, por exemplo, “uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns (BACZKO, 1985, p. 309).” A produção, controle e difusão dos imaginários coletivos é, portanto, operação atravessada de projetos e finalidades políticas; procura sempre atuar nas relações sociais cidadinas e repercutir na própria conformação do tecido urbano na cidade, explorando ao máximo a dimensão simbólica, imagética e figurativa de seus contornos espaciais. Nesse caso, a cidade torna-se objeto do desejo e, por meio da compreensão imaginária, os indivíduos e grupos projetam seus sonhos e invenções do que deve ou não conter o espaço urbano, procurando nele lugar de reconhecimento e de referência. Evidentemente, os imaginários urbanos transitam entre fronteiras tênues, nas quais os limites entre a “cidade real” e a “cidade ideal” nem sempre são precisos.

Os imaginários políticos também recorrem aos mitos fundadores como ferramenta de mobilização afetiva que transmite princípios, finalidades e reforça os valores identitários dos grupos sociais. O discurso mítico é caracterizado, principalmente, pelo seu dinamismo profético na compreensão do presente, pelo recorrente uso de fabulações na explicação do mundo social, vinculando o acontecimento sempre ao tempo imemorial das “origens” e da sua “fundação” no passado.

Um tópos apresentado no jornal Diário do Comércio, pelo seu diretor de redação José Belline dos Santos, utiliza de uma das passagens bíblicas do livro do Gênesis para anunciar em tom profético o distanciamento temporal de São João del-Rei das demais cidades centenárias que, no caso, “imitaram a mulher de Ló” e por isso se “petrificaram no passado”. Já São João del-Rei se distingue destas, justamente por ter se projetado para o futuro, “marchando resoluta” na esteira da civilização.

Conta-nos o Velho Testamento na rudeza singela de seus capítulos que a mulher de Ló foi transformada em estátua de sal por ter olhado para trás – para o passado. As cidades velhas não olham para o futuro, fazem como a mulher de Ló: voltam-se para o passado e nele se petrificam. E enquanto essas cidades jazem inanes e o vento dos séculos lhe arrebatou o último átomo de grandeza, a centenária S. João del-Rei continua vigorosamente de pé – velha e moça – num contraste que não cansa, cultuando o seu passado e acompanhando a febricitante vibração da era em que vivemos. (...) São João del-Rei não imitou a mulher de Ló. Não se petrificou no passado. Neste ano do centenário da sua elevação à cidade podemos constatar a grande caminhada que deu em todos os setores das atividades humanas, o seu desenvolvimento, o seu progresso, tudo em torno da grande sentença – ‘de pé, em marcha e para cima’ – em zelo do qual S. João del-Rei atira-se, assim, resoluta, pela subida gloriosa do seu esplendoroso futuro. São João del-Rei não olhou para trás! (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 16/08/1938).

A narrativa acima procura comparar São João del-Rei com as demais cidades coloniais justamente no intuito de demarcar uma posição daquela. Pensamos essa narrativa como um empreendimento de construção de uma identidade territorial de São João del-Rei em contraste com as demais cidades coloniais. Nessa crônica, José Belline dos Santos, eleito historiador da cidade pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, se refere ao passado a partir de dois sentidos distintos. Em um primeiro momento, ele indica um passado depreciado que deve ser rompido, porque remete à estagnação e à decadência das “cidades velhas” que “ficaram para trás” e se “petrificaram” no tempo. Já num segundo momento, o passado é articulado no sentido de conferir respaldo histórico às ações do presente. Verificamos, portanto, nessa crônica, uma concepção “moderno-iluminista” de história, isto é, uma leitura teleológica da história da humanidade que define o tempo social como uma sucessão regular de fatos, articulando passado, presente e futuro num processo linear orientado pela noção de progresso. Nessa perspectiva, a mudança é valorizada como sintoma da aceleração da marcha do espírito em direção à liberdade, progresso e civilização. A “ruptura de horizontes”, ou a destruição “racional”, é criativa e remete a um *telos*, ou seja, a um estado de perfeição que avança sobre o “passado morto” como um salto qualitativo.

CIDADES-MORTAS

Os editoriais rechaçam o epíteto de “cidade museu” para São João del-Rei. Enquadrar São João del-Rei como cidade vinculada estritamente ao passado, como fez o jornal “A

Ofensiva” do Rio de Janeiro, fora considerado um insulto ao “progressismo” local. Episódio digno de nota, o editorial do Diário do Comércio responde à ofensiva:

São João del-Rei não vive somente do esplendor do seu passado. A energia e o patriotismo de seus filhos construíram e vêm melhorando cada vez mais uma cidade moderna e progressista, onde as torres de nossos templos seculares se emparelham às altas chaminés das nossas fábricas (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 12/03/1938).

No excerto acima, “cidade moderna e progressista”, “torres dos nossos templos seculares” e “altas chaminés das nossas fábricas” servem de recurso semântico para contrapor à representação de “cidadezinha do interior” que vive “mais do esplendor do passado do que da vida presente”. Nessa luta de representações, a redação do Diário do Comércio contestava também a própria imputação a São João del-Rei do epíteto de “cidade-morta”.

Sabemos que esse conceito político e indicativo temporal de “cidade-morta” se difunde no Brasil na virada do século XX como lugar-comum do retrato das cidades coloniais. São percebidas como mortas, paradas no tempo, decadentes e estagnadas porque já não respondem mais à dinâmica da estrutura produtiva nacional como nos séculos anteriores. Então, as “cidades-mortas” são tomadas como expressão de um Brasil rural, arcaico e atrasado. Refletem o estado de miséria nacional, constituindo um entrave ao projeto de construção de uma civilização moderna, urbana e industrial.

“Quantas cidades mortas se nos apresentam típica, exclusivamente coloniais. Esquecidas pela nossa civilização, de há muito cessaram de contar na economia nacional. São pedaços desvitalizados do território nacional (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 20/11/1938).”

Lobato (1921) é um dos principais expoentes dessa versão que toma as “cidades-mortas” como retrato das mazelas do Brasil e suas idéias também tiveram ressonância em São João del-Rei. O livro “Cidades Mortas”, por exemplo, compõe uma série de contos que representam a decadência das cidades do Vale do Paraíba com a queda do ciclo do café. De acordo com este, o progresso – “nômade” e sujeito a “paralisias súbitas” – migrou daquela região e desde então estas “cidades moribundas” passaram a “chorar as saudosas grandezas de antes”. Seus palacetes estão em “ruínas”, condenados pelo “bolor da velhice”. Por isso, as “cidades-mortas”, onde “tudo é pretérito” se desviaram da civilização.

Podemos notar que esta noção de “cidade-morta” esteve permeada dos preceitos higienistas e sanitaristas e, no bojo deste ideário, a redenção do Brasil – constituição de uma nação moderna, urbana e industrial – se daria fundamentalmente por meio de medidas disciplinadoras de ordem social e moral que resultassem na assepsia e combate às “endemias” das tais “cidades-mortas”. Estas deveriam sofrer intervenções cirúrgicas à luz de métodos racionais e científicos da engenharia sanitária, apresentados como o único recurso para regeneração de seu tecido urbano. O tema da reforma urbana e sanitária entrou, portanto, na agenda pública como promessa de retirada e cura do “organismo doente” dessas cidades (HOCHMAN, 1998).

Ouro Preto, por exemplo, logo após a transferência do título de capital de Minas Gerais à Belo Horizonte, fora estigmatizada como “cidade-morta”, velha, decadente e atrasada. “Até os anos 20 e 30, quando veio a ser descoberta pelos intelectuais modernistas, Ouro Preto era mais uma das tantas ‘cidades mortas’ – na expressão de Monteiro Lobato – existentes no Brasil” (GONÇALVES, 1998, p. 272).

Reiteramos que os jornais locais recorreram à estratégia de tornar São João del-Rei mais conhecida na imprensa por meio de propagandas que ressaltam seu progresso material e suas adaptações aos preceitos modernos para então desfazer dessa impressão de “cidade-morta”.

São João del-Rei... Contrariamente ao que possam muitos supor, a “Princesa do Oeste” nada tem de perfeitamente idêntico com as suas irmãs: Sabará, Mariana ou Ouro Preto. (...) A melancolia não é a sua atmosfera nem, de seu casario (...). Nada de ruínas históricas e nem vastos lajedos em ruas desertas, nem paredões esborcinados a se adornarem dos líquens e das madressilvas, a indefectível floração das ruínas. São João del-Rei é diferente! De comum com as velhas irmãs, talvez apenas os majestosos templos de um mirífico barroco, um ou outro beco, um ou outro sobrado, de corredores e varandas em projeção à maneira das construções de antanho. Fora isso, dir-se-ia que a cidade se remoçou ou nunca envelheceu... (O CORREIO, 02/11/1938).

Essa distinção entre “nós” progressistas e “eles” atrasados serve para demarcar uma identidade territorial e para destacar São João del-Rei das demais cidades coloniais mineiras, fortalecendo a idéia da transposição da sua imagem de cidade colonial para cidade moderna e industrial. Na enquete das festas de comemoração do centenário de elevação de São João del-Rei à cidade, o cronista Agostinho de Azevedo destaca as feiras de exposições que denotam a

pujança industrial da cidade e diz que os indivíduos “pouco líricos” não conhecendo São João del-Rei “acham que essas veneráveis terras fedem a mofo e bolor” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 10/03/1938). Fica nítida a preocupação do grupo Associação Comercial, do qual ele é porta-voz, em apagar de vez essa impressão de São João del-Rei enquanto cidade colonial, estagnada no tempo, morta e decadente na sua estrutura urbana. Partimos do pressuposto que indivíduos podem representar coletividades inteiras, assumir a sua ética, seus projetos, em resumo, a sua ideologia. Nesse caso, a polarização entre “cidade-morta” versus “cidade viva”, progressista e movimentada serve para fortalecer a crença de que São João del-Rei já não se enquadra naquela representação do Brasil pitoresco difundida pelos viajantes nos séculos XVIII e XIX, mas sim na do Brasil moderno, urbano e industrial que participa do circuito das nações civilizadas.

Ao mesmo tempo em que procuram reverter essa legenda, os grupos locais concentrados em torno do espaço da Associação Comercial, a partir de uma leitura muito atenta da cartilha de Monteiro Lobato, atribuem esse epíteto de “cidade-morta” à vizinha Tiradentes, condenada como símbolo do atraso, afastada do binômio progresso-civilização. Para estes, a cidade dorme um sono profundo e só acorda durante a festa de Santíssima Trindade. “Tiradentes acorda uma vez no ano, põe um traço na sua agonia e se engalana para o culto da Santíssima Trindade, com aquele bulício das festas do seu ontem (A TRIBUNA, 30/05/1937).”

A fórmula veiculada por esse espaço para reverter o ranço de “cidade-morta”, assim como toda impressão de “imobilismo”, foi a da “ruptura dos horizontes”, isto é, a valorização da prática de intervenção e modernização da paisagem urbana³ como parte de um processo de afirmação de um “novo tempo” na cidade.

CIDADE HIGIÊNICA E CIVILIZADA

³ A paisagem expressa a sedimentação das práticas sociais de uso, ocupação e agenciamento do espaço ao longo do tempo. Como assevera Santos (1986, p. 37), uma paisagem revela diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. “A paisagem é resultado de uma acumulação dos tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção.” A noção de paisagem que utilizamos engloba tanto os processos de uso e gestão do espaço, de modo mais “concreto” e “funcional”, quanto as formas de percepção e construção de significado desse espaço, inspirando uma apropriação mais “simbólica” e “afetiva”, fundamental nos processos de constituição de subjetividades e estabelecimento de vínculos a partir de referentes espaciais.

O postulado da produção racional do espaço urbano não é neutro, mas imbuído de valores, intencionalidades e práticas políticas. “O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial (LEFEBVRE, 2008, p. 44).” Nesta chave de entendimento, a afirmação de um projeto arquitetônico e urbanístico é indissociável de um projeto político de significação e apropriação desse espaço. Nessa perspectiva, procuramos nessa parte do trabalho abordar as idéias que ajudaram a criar, difundir e padronizar hábitos de uso e apropriação da cidade.

A leitura de Benjamim (1991) em relação ao ideal urbanístico de Haussmann evidencia, por exemplo, como o plano de modernização de Paris, durante o Segundo Império, impulsionado pela imagética do novo, dado como objetivo e como garantidor da ordem social pelo discurso técnico-científico, se insere numa lógica política mais abrangente de um urbanismo autoritário que favorece o capital financeiro, a especulação imobiliária e o controle das “classes perigosas”, empurradas para as periferias da cidade.

Para Harvey (2008, p. 146), o Barão de Haussmann – figura de destaque da planificação moderna que esteve à frente do plano de racionalização, embelezamento, reconstrução e assepsia urbana de Paris – queria “fazer de Paris uma capital moderna digna da França, ou mesmo, da civilização ocidental.” A planificação urbana encetada por Haussmann procurou incidir sobre a imagem da cidade, anulando as “barreiras espaciais” em escala macro de atuação, ou seja, com a preocupação de intervir em totalidade do tecido urbano.

A abertura de linhas retas, longas avenidas, largos corredores para circulação e a estetização dos monumentos napoleônicos – por intermédio da criação de uma perspectiva para o olhar – se deve a uma escala de “destruição criativa” também nunca antes vista. A implantação do modelo haussmaniano de interferência no espaço desencadeou na destruição maciça de ruas e bairros inteiros em nome dos valores da modernidade. Quarteirões que “impediam a entrada de luz e a circulação do ar” foram condenados à obsolescência e riscados do mapa sem deixar maiores vestígios, dando lugar aos longos e largos corredores “fisicamente limpos” e “ordenados”.

Dito isso, o espaço urbano se constitui então enquanto *locus* das experiências de modernidade. Na modernidade o espaço está sempre sendo feito, está sempre aberto ao futuro, porque vinculado à esfera da criatividade e da possibilidade humana de (re)fazer o ambiente onde vive a partir do desejo de seu coração. Nesse caso, organiza-se o espaço em termos de sequências temporais.

Como ressalta Romero (2004), o modelo haussmaniano de planificação do espaço encontrou terreno fértil nas cidades latino-americanas, a partir do final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX. Estas passaram por transformações aceleradas em sua fisionomia, acelerando também “as tendências que procurariam apagar o passado colonial para instaurar as formas da vida moderna (ROMERO, 2004, p. 283).”

Evidentemente tal modelo de concepção do espaço não foi “transplantado” da Europa para a América Latina e aplicado tal qual, mas “filtrado”, “traduzido” de acordo com as especificidades históricas e urbanas das cidades (SILVA, 1997). No entanto, o modelo de destruição maciça das “barreiras espaciais” de Paris, levado a cabo por Haussmann, influenciou culturalmente as elites latinas, como modelo de intervenção moderna, como princípio catalisador de um ideal de progresso e de civilização.

O exemplo do barão de Haussmann e de seu impulso demolidor alimentou a decisão das novas burguesias que queriam apagar o passado, e algumas cidades começaram a transformar a sua fisionomia: uma suntuosa avenida, um parque, um passeio de coches, um luxuoso teatro, uma arquitetura moderna revelaram essa solução mesmo quando não conseguiram com frequência extinguir o fantasma da velha cidade (ROMERO, 2004, p. 285).

Buenos Aires e Montevidéu, por exemplo, adotaram um perfil urbano cosmopolita com a adoção dos princípios haussmanianos de modernização. A modernização acelerada das cidades foi também acompanhada de uma transformação no estilo de vida urbano, ou seja, na própria cultura urbana das suas sociedades. Simmel (1976), no final do século XIX, já apontava as consequências das transformações urbanas sobre os costumes e sensibilidades de seus contemporâneos. Para ele, o crescimento vertiginoso das cidades incide sobre a “vida mental” dos indivíduos e implica na formação de novos hábitos e sociabilidades marcados pela impessoalidade, racionalização e predomínio da economia do dinheiro sobre as relações sociais.

No bojo desse movimento de implantação da modernidade também estão implícitos os preceitos higienistas que combinam as técnicas da medicina com a engenharia sanitária no combate e correção dos “problemas” da cidade (ARMUS, 1995). Os discursos higienistas e sanitaristas pautados nos imperativos da estética urbana, higiene, moralidade e progresso forneceram suporte para intervenção sistemática no espaço urbano herdado, justificando os “golpes de picareta” e desencadeando numa série de derrubadas dos “traços coloniais”.

“As reformas urbanas dessa época se destinavam a organizar e limpar o espaço urbano. A justificativa do porque elas deveriam servir para qualquer lugar era sempre um discurso técnico da eficiência da organização (SILVA, 1997, p. 19-20).” Perseguir a sujeira que desafia a ordem, atacando-a através da racionalização do ambiente: estas foram as palavras de impacto nesse período que impulsionaram a adaptação do espaço a um ideal de civilização.

As preocupações com as questões de salubridade e higiene nas cidades brasileiras, principalmente no início da República, levaram uma série de problemas que transformaram essas preocupações em intervenções, visando à reestruturação dessas cidades. Inúmeras cidades passaram a promover reformas e a urbanização neste momento é entendida como higienização e limpeza para melhoria das condições de habitabilidade (SILVA, 1997, p. 21).

Como destaca Silva (1997), as cidades foram “antropomorfizadas” como paciente doente pelo discurso técnico-competente do médico sanitário, arquiteto e engenheiro, cabendo aos mesmos a apresentação do diagnóstico e correção dos “sintomas” urbanos. Via de regra, o tratamento era o mesmo, dependia da retirada do “tumor” do passado colonial.

A adaptação compulsória do Rio de Janeiro aos preceitos da *Belle Époque*, por volta de 1904, por exemplo, levou ao “bota abaixo” um sem número de cortiços, casarões, “ruas sinuosas e estreitas” (OLIVEIRA, 2002). “No Rio de Janeiro, foi necessário demolir setecentas casas para abrir a avenida Central, depois chamada de Rio Branco, da praça Mauá até o Obelisco. Todo centro urbano velho mudou (ROMERO, 2004, p. 311).” A reforma do Rio de Janeiro, encetada por Pereira Passos, assumiu o objetivo explícito de criar uma nova imagem da cidade, projetando-a nas “exposições universais” como vitrine de um Brasil civilizado.

A racionalização do espaço urbano de São Paulo, nas primeiras duas décadas do século XX, também transformou abruptamente a fisionomia da cidade. “Os últimos vestígios da arquitetura paulista do período colonial e monárquico eram demolidos às pressas, para dar lugar a uma cidade de perfil nitidamente diverso (SEVCENKO, 1992, p. 118).” De acordo com Sevcenko (1992), São Paulo constantemente se refazia, como numa “compulsão autofágica”.

A própria construção da nova capital de Minas Gerais em 1894 esteve pautada pela tônica dos princípios higienistas e pelos ideais de progresso e modernidade. A cidade de Belo

Horizonte se estabelece como símbolo da modernidade e da República, construída à luz dos métodos tecnológicos e científicos de ordenamento de seu traçado urbano, ela foi planejada para ser “cosmopolita, racional, e contrastar com a antiga capital, Ouro Preto, expressão do passado colonial, imperial, rural e arcaico (OLIVEIRA, 2008, p. 57)”.

No estado de Minas Gerais, em fins do século XIX, propõem-se a criação de uma nova cidade, uma nova capital, ao invés de reformar a antiga. Belo Horizonte teve as linhas básicas de seu traçado definidas antes mesmo da escolha de seu local. Esta nova cidade viria como que para se contrapor à antiga capital, Ouro Preto, lugar condenado por ser a imagem do Brasil colonial e por não poder comportar, diziam na época, as exigências urbanísticas de uma cidade moderna. (...) Belo Horizonte é apresentada, pelo discurso dos políticos mineiros favoráveis à mudança da capital, como um novo símbolo para a República. Uma cidade que nasceria livre dos problemas de saneamento, livre das doenças, com regras para abertura de ruas e construções, enfim uma cidade que pudesse prever todas as necessidades de seus habitantes e, além disso, ser um pólo irradiador de progresso para o estado de Minas Gerais (SILVA, 1997, p. 19-20).

Guardadas suas especificidades, São João del-Rei também foi impactada por esses ideais de afirmação da modernidade, fundamentalmente, os de racionalização, embelezamento e higienização do espaço urbano, princípios, inclusive, comuns às reformas dos grandes centros urbanos e às experiências de construção da paisagem de um Brasil moderno. Os chamados “planos de melhoramento”, empreendidos pelos poderes municipais, por exemplo, se espelhavam nas intervenções e na estética urbana das grandes capitais brasileiras como parâmetro de cidade progressista e civilizada. O editorial do Diário do Comércio cita alguns exemplos das etapas de higienização social e de modernização da infra-estrutura urbana do país, e comenta que se não fora o método racional de organização do espaço:

O Recife não teria sido totalmente reformado e seria ainda a cidade de casarões de três andares soturnos, ruas estreitas (...). Jamais circulariam pelas ruas os caminhões de açúcar e algodão, que substituíram as antigas carroças de bois. Nesse correr, a cidade de Salvador seria também famosa pelos ‘negros por todos os lados e lama por todos os cantos’. O Rio não se transformaria com Passos, Frontin e Sampaio. (...) A picareta, a escovadeira e o cimento armado preparem o Brasil do presente e do futuro, com casas para morar e ruas onde circule o carro a motor, símbolo da vida real (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 19/05/1946).

O enunciado acima toma as intervenções urbanas como um bem em si que contribui para a instauração de uma nova ordem no espaço social assentada nos valores de higiene e progresso. Em outras palavras, veicula a utopia da cidade ideal, ordenada e saneada à luz dos métodos científicos e tecnológicos. As intervenções permitiriam então a “racionalização” da cidade e resultariam na abertura de linhas geométricas em seu traçado urbano, oferecendo caminho para a circulação do objeto-rei, o automóvel, símbolo da aceleração espaço-temporal na modernidade.

O tema da reforma urbana e sanitária entrou na agenda pública da cidade e, via de regra, foi articulada como recurso semântico para legitimar as práticas de intervenção no seu tecido urbano. Destacamos que a própria noção de “cidade-morta” dialoga profundamente com este ideário. No contexto local, é possível perceber a junção deste postulado com certa leitura do positivismo de Augusto Comte. Tal imbricação resulta na idéia de que as “disfunções urbanas” devem ser corrigidas a partir da utilização de critérios científicos e racionais, porque denotam conforto, vida higiênica e progresso. Aliás, a crença depositada nos valores cientificistas como sinal de bem-estar e felicidade constitui-se num dos pilares de afirmação do republicanismo juntamente com os discursos de modernidade. Nessa perspectiva, ser moderno e civilizado implica em participar do progresso da ciência e das inovações tecnológicas.

A higiene, a sanidade e o embelezamento dos centros de habitação atraem cada vez mais o homem civilizado, bem mais exigente do que o homem das cavernas ou mesmo da idade média. O homem de hoje não se contenta apenas com trabalhar, comer e dormir; mesmo o modesto operário almeja possuir um “bangalô”, um jardim, um rádio e até um automóvel; isso, para não falar em confortos que já se habituou: luz elétrica, banheiro, água filtrada, leite pasteurizado, cinema, etc. (A TRIBUNA, 08/03/1936).

Uma questão central é que esses princípios do urbanismo sanitarista colocam em pauta de discussão a via da demolição como forma de se adaptar o ambiente a uma idéia de espaço e de cidade civilizados: “Quando um prédio ou parte de um prédio, terreno ou lugar, não satisfazem às exigências [higiênicas e sanitárias] (...), quando os vícios e falhas forem insaciáveis, deve nesta hipótese ser demolido (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 08/08/1944).” Este discurso proferido pelo chefe do Centro de Saúde, Henrique Furtado Portugal, toma a cidade como laboratório das experiências sanitaristas. No caso, um especialista prescreve a demolição como medida de contenção do “organismo doente”, antes que todo corpo espacial

seja “contaminado”. Demolir para melhorar as condições de habitabilidade, circulação, beleza e conforto. Demolir para fazer “maior e mais bonito”. Todas essas justificativas também foram incorporadas no discurso técnico-competente, dado como neutro e objetivo, porque vinculado ao domínio da ciência.

Não somos, absolutamente, apologistas da demolição total das casas velhas. Somos pela sua conservação desde que as mesmas sejam submetidas à severa vistoria e perfeitamente adaptadas às necessidades do momento quer nas condições higiênicas, quer no seu conforto. Não se justifica, entretanto, que velhos e arruinados edifícios fiquem atentando contra a estética da cidade. E se fosse só contra a estética! Esses casarões, com suas fachadas enegrecidas e de aspecto desolador, emprestam às nossas ruas um ambiente de decadência e ruína não condizentes com o que realmente se passa. Urge uma providência. Providências enérgicas por parte dos poderes públicos. Que os proprietários destruam ou vendam essas velhas carcaças, se não quiser reformá-las. São João precisa de casas para a sua maior expansão comercial. Casas arejadas, higiênicas e confortáveis (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 07/07/1939).

Nesta linha de pensamento, “carcaças enjambradas”, “pardieiros de fachada enegrecida”, “casarões infectos”, “foco de bolores e endemias”, “casebres perigosos”, “ruas e becos tortuosos” deviam ser varridas do mapa, porque atentavam contra a moralidade, a higiene, a estética e aos foros de cidade “civilizada e higiênica”. Mais do que isso, constituíam uma ameaça a estrutura “orgânica” do tecido urbano e as intervenções cirúrgicas na cidade permitiriam então a regeneração e cura do seu “organismo doente”.

A cidade é concebida sob a ótica simetrizadora das normas “racionais” e “positivas”; à luz da competência técnica da organização espacial e da obsessão pela ordem. A palavra “ordem” torna-se, portanto, assunto recorrente no léxico urbanístico, sendo repetida e aplicada a cartilha de ordenar o ambiente, colocando cada “coisa em seu lugar”.

Nesse caso, valores de uma “nova ordem Republicana” entram em constante tensionamento e procuram dismantelar princípios políticos e estéticos execrados da “velha ordem colonial”: “as remodelações internas de certos prédios defeituosos agora se processam. (...) São João del-Rei quer realmente livrar suas residências de anacronismos coloniais, ali remanescentes (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 15/08/1944).” Valores ambivalentes como liberdade/escavidão, progresso/atraso, urbano/rural, República/Império estiveram em jogo no processo de seleção e atualização das configurações herdadas por São João del-Rei.

Além dos imperativos de ordem da estética urbana, higiene e moralidade, a “retórica da demolição” incorpora a questão do “risco” de desabamento iminente como um quarto elemento de justificação. Nessa perspectiva, as “casas velhas” devem ser destruídas porque a qualquer momento podem ruir, em virtude da própria “ação corrosiva do tempo”, constituindo uma ameaça à integridade física dos moradores, vizinhos e transeuntes. Cabe, então, ao morador ou ao poder público deixar entrever com as picaretas, “para que não haja vítimas”. “É justo que se afaste o perigo e que as picaretas demolidoras entrem em ação pondo abaixo um prédio que cairá por certo (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 25/07/1941).” Nessa interpretação, o processo histórico é concebido enquanto um salto qualitativo e evolutivo rumo ao progresso e, possibilita, desse modo, uma “destruição criativa” do passado.

As casas velhas da cidade continuam a não resistir à ação destruidoramente implacável do tempo. Idosas e cansadas vão se curvando pejudadas de rugas e corpos alquebrados, até ruírem fragorosamente por terra. Debalde são as tentativas de salvamento. Injeções canforadas de estacas e maquilagens bonitas de reformas na fachada, com pinturas berrantes, não conseguem reanimar nem sustentar em pé essas velhas carcaças minadas pela irremediável doença da velhice. Mas a esperança é a última coisa que se perde. E os esperançosos proprietários desses casaréis centenários vão aplicando panacéias inúteis de reformas deficientes e exteriores até que os mesmos desçam com armas e bagagens sobre a indefesa integridade física dos seus moradores. (...) Fachadas reformadas, bem pintadas e bonitinhas, não sustentam arcabouços podres e carcomidos pelo caruncho (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 31/12/1938).

O desabamento, portanto, desempenha a mediação simbólica entre linhagem e experiência e tem objetivo de reforçar uma impressão de verdade. Quando universalizado, tem conseqüências no campo das práticas sociais cidadinas e na rugosidade do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “representações” que os grupos elaboram do espaço social que os cercam se relacionam complexa e dialeticamente com suas “práticas”, condutas e atuações na própria estrutura desse espaço. Entendemos que o postulado da planificação racional do espaço é também permeado de imaginações sociais, ideologias, mitos fundadores e projetos políticos que se dissimulam sob a aparência da neutralidade e coerência espacial. “No espaço do poder, o poder não aparece como tal; ele se dissimula sob a ‘organização do espaço’. Ele elide, ele alude, ele evacua.” As ideologias constituem-se como ferramentas através das quais os grupos

políticos se orientam e procuram atingir suas finalidades. Como assevera Moraes (2005, p. 44), as ideologias espaciais alimentam “tanto as concepções que regem as políticas territoriais (...), quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele.” Elas são substância das representações coletivas e ajudam a criar, difundir e padronizar hábitos que refletem decisivamente nas ações de apropriação e uso do território.

São João del-Rei passou por transformações importantes na sua fisionomia urbana ao longo de toda primeira metade século XX, sobretudo, em decorrência do surgimento de praças ajardinadas; do calçamento à paralelepípedo em substituição dos chamados “pés-de-moleque”; do prolongamento de antigas ruas; e da abertura de “novas artérias”, grandes e retas avenidas na cidade.

Nessa conjuntura, em meados de 1920, observamos um processo acelerado de intervenções cirúrgicas no tecido da cidade norteadas pelos ideais de progresso, modernização, assepsia, embelezamento e racionalização do espaço urbano são-joanense. Nas décadas posteriores, sobretudo nos anos de 1930 e 1940, tais práticas de “aformoseamento” da cidade se intensificam, principalmente em função da expansão comercial e industrial da cidade. Os periódicos locais chegam a falar numa espécie de programa de “remodelação urbana” em andamento, num “projeto urbanístico” em conformidade com os preceitos modernos para São João del-Rei, o que se configura, nesse caso, num projeto político mais amplo em que cidade é discutida, imaginada e desejada na prancheta e nos croquis dos “empreendedores urbanos” locais.

A Prefeitura e Câmara Municipais assumem papéis de protagonismo na urbanização da cidade, fomentando desde prolongamento, retificação e alinhamento de vias públicas, passando pela construção de jardins e praças, até intervenções pontuais como o alinhamento e retificação de casas, não raro, seguido de sua desapropriação e demolição. As obras públicas procuravam, sobretudo, criar uma nova imagem da cidade em conformidade com os modelos estéticos ditos modernos. A cidade fora então impactada por uma constante renovação de seu centro, traçando, portanto, um perfil urbano marcado pelo contraste entre a estética colonial e estilos diversos como o eclético, *art deco* e o neocolonial. Os “planos de melhoramento” foram ufanados pelos poderes locais como possibilidade de disrupção com aquilo que destoa, com o velho, com o arcaico, abrindo espaço para a “dimensão da criatividade”.

Procuramos ao longo deste texto abordar as leituras, reflexões e interpretações que os atores sociais passaram fizeram da cidade de São João del-Rei/MG, ao longo da primeira metade do século XX, numa conjuntura de transformações aceleradas na sua estrutura urbana. Nos esforçamos em mostrar a articulação dos valores e leituras que os grupos locais – fundamentalmente aqueles reunidos nos espaços dos periódicos e da Associação Comercial de São João del-Rei – fizeram da cidade juntamente com suas práticas de produção, organização e racionalização que incidiram sobre a rugosidade do espaço urbano são-joanense. Apontamos os principais elementos que conformaram uma espécie de imaginário urbano e que conduziram um projeto político específico de apropriação de São João del-Rei. Projeto este, profundamente vinculado aos preceitos higienistas e sanitaristas, e aos ideais de progresso e de “modernidade”.

REFERÊNCIAS

ARMUS, Diego. O discurso da regeneração: espaço urbano, utopias e tuberculose em Buenos Aires, 1870-1930. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *História do comércio de São João del-Rei*. São João del-Rei: Ed. Indep., 1997.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

HARTOG, Fañçois. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, São Paulo, nº 148, 2003.

HARVEY, David. *París, capital de la modernidad*. Madrid: Akal; 2008

HOCHMAN, Gilbert. *A era do saneamento*. As bases da política de saúde no Brasil. São Paulo. Huitec/Anpocs, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; ed. Puc-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *La producion de l' espace*. 4 éd. Paris: Antropos, 2000.

LEGOFF, Jacques. Progresso/reação. In: *História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 3 ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1921.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Memórias do Rio de Janeiro. In: *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 16, 1995.

RIBEIRO, Rubia Soraya. *As fotografias de André Bello (1879-1941): imagem da modernidade em São João del-Rei*. Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Welber Lima dos. *A estrada de ferro Oeste de Minas: São João del-Rei (1877-1898)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFOP, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras; 1992.

SILVA, Regina Helena da. *A invenção da metrópole*. Tese de Doutorado do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIEGAS, Augusto das Chagas. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.